



Sobre a pretensa universalidade de gênero gramatical

Carvalho, D. S. (2021). *A domesticação da gramática de gênero*. São Paulo, SP: Pontes. 174p. ISBN-13 978-6556371580

Fernanda Cerqueira

Universidade Federal da Bahia, Rua Augusto Viana, s/n., 40110-909, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: f.cerqueira@hotmail.com

Received on June 8, 2024.

Accepted on September 21, 2024.

Introdução

Em obra intitulada 'A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero', Oyěwùmí (2021) denuncia que, antes da colonização, a categoria de gênero não existia na civilização iorubana, haja vista que essa foi uma sociedade cuja organização social era centrada no acúmulo de experiências, sob o princípio na senioridade, ou seja, quanto mais velho/a/e mais respeito era designado a esse sujeito. Ao documentar como gênero foi inserido na sociedade iorubana, a autora comprova que as transformações sociohistóricas, impostas pela colonização, cristalizaram as dinâmicas sociais tanto no estado colonial, quanto no pós-colonial, as quais foram motivadoras para implementações e mudanças linguísticas. Assim, gênero passa a existir no iorubá.

Diante da breve síntese do trabalho de Oyěwùmí, cabe a reflexão: se gênero social não é uma categoria universal, presente de modo unânime na história de distintas civilizações e seus modos de organização social, como o gênero gramatical reflete esse diagnóstico? Instigado por questões de ordem semelhante, Danniell da Silva Carvalho escreve a obra 'A domesticação da gramática de gênero', publicada em 2021, pela editora Pontes. Em meio ao cenário de crise sanitária, proveniente da pandemia da Covid 2019, o autor se propõe a problematizar uma das muitas desigualdades que afetam grande parte das sociedades. Assim, o faz, sob a ótica da Linguística, ancorada na Filosofia da Linguagem, a fim de "[...] questionar o papel dominante da gramática no entendimento de língua, fazendo isso com ênfase ao papel de um traço muito singelo, o gênero gramatical [...]" (Carvalho, 2021, p. 7) – o qual está amplamente ancorado em noções de sexo biológico e de gênero social, conforme o autor aponta no desenrolar do texto.

Com esse intuito, ele discute diferentes noções de gramática, como algumas dessas noções são mobilizadas como instrumento linguístico de poder e como as categorizações feitas por tais instrumentos refletem concepções linguísticas restritas a epistemologias euro-estadunidenses, ora como efeito do colonialismo, ora como efeito do imperialismo. Desse modo, a hipótese defendida (a nosso ver, confirmada) é de que o acervo de línguas massivamente indo-europeias, como também a perspectiva metodológica euro-estadunidense, barram a percepção crítica de realidades distintas, tradicionalmente minorizadas, e, com efeito, apagadas no fazer linguístico descritivo e tipológico. Portanto.

[... o] clamor dos que apelam por uma neutralização de gênero, ou sua particularização, é feito pela necessidade [...] de haver uma representação mais plural justamente desse pequeno número de vocábulos cuja referência é sexuada, mas, mais especificamente, aqueles que fazem referência humana. Em outras palavras, há uma reclamação de como a língua deve representar os diferentes sujeitos e seus corpos, emancipados na corrente revolução de gênero (Carvalho, 2021, p. 50).

Nesse sentido, a imposição de uma dicotomia de gênero, validada gramaticalmente como estatuto linguístico, reflete a violência epistêmica exercida pela empreitada colonial-imperialista, "[...] que impunha os moldes linguísticos indo-europeus às línguas 'descobertas' no processo" (Carvalho, 2021, p. 59, grifo do autor). Logo, a fim de guiar a discussão, Carvalho divide o livro em uma introdução, seguida por seis capítulos, os quais discutiremos a seguir.

Na introdução, cujo título recebido é 'A indômita gramática domesticada', o autor demarca que a obra se constitui por uma junção de ensaios crítico-reflexivos acerca da temática de gênero(s). A inicia com uma breve narrativa sobre uma das demandas para a problematização em questão: após a leitura da obra 'Ensinando a

transgredir: a educação como prática de liberdade’, da feminista negra norte-americana, bell hooks, Danniell Carvalho, homem cis gay branco nordestino e linguista se vê instigado a ‘desfazer o *status quo*’ presente na compreensão da categoria de gênero gramatical. Dito de outro modo, ele discute como e por quê vasta gama dos modelos de análise linguística acionados nos estudos das línguas do mundo parte de uma única perspectiva epistêmica: a euro-norte-americana.

Tendo em vista que gênero é uma “[...] rubrica para muita coisa [...] gênero social, gênero biológico e gênero gramatical [...]” (Carvalho, 2021, p. 28), o autor lança mão do seguinte questionamento

[...] se a classificação de gênero feita nas descrições linguísticas é, de fato, a representação de uma universalidade categorial, a partir de uma materialização simbólica de classes sexuadas nas línguas do mundo, ou se essa representação é fruto de um condicionamento cultural expresso através da cultura colonialista que guia o pensamento científico desde o seu surgimento. Minha intuição, juntamente com a argumentação feita aqui, me leva a acreditar na segunda possibilidade (Carvalho, 2021, p. 92).

Desse modo, a tipificação de gênero binária, como masculino ou feminino, atua de modo a ‘encapsular’ e a reduzir conceptualizações de gênero (seja em seu campo semântico, seja em seu reflexo morfosintático), conforme padrões impostos no bojo da colonização, bem como em seus impactos em processos de descrição e de análise de línguas externas ao grupo indo-europeu.

Para tanto, Carvalho aciona o lugar teórico de linguística, ao estabelecer uma filosofia da linguagem, uma vez que deixa claro em sua obra que não se coloca como “[...] formalista ou funcionalista, cognitivista ou analista do discurso” (Carvalho, 2021, p. 26). Entretanto, a nosso ver, o autor lança mão de uma formação linguística teórica ampla, capaz de problematizar limitações de correntes distintas, bem como colaborações entre as mesmas, sobretudo, no que concerne à compreensão da problemática em torno da categorização de gênero gramatical. Ademais, o autor mobiliza, quase concomitantemente, tanto um vasto acervo filosófico ocidental, quanto ampla produção bibliográfica decolonial¹, a fim de confrontá-las.

Para nós, esse exercício crítico reflexivo é um aspecto que, sem dúvida, torna a obra particularmente instigante, pois, em um forte desabafo, o lugar de fala² e o lugar teórico do autor confrontam-se em virtude da elaboração da crítica sobre a categoria de gênero gramatical, ao passo que demandas sociais, políticas e linguísticas articulam-se a fim de denunciar o epistemicídio³ que decalca a tipologia e a descrição de gênero nas línguas humanas – quase sempre reduzidas à categorização do padrão de línguas indo-europeias.

Destarte, é realizada uma intensa discussão acerca da noção de gramática, a qual tende a ser fortemente associada ao padrão normativo-prescritivo, dada à sua atuação como instrumento linguístico (Aurox, 1992) e, com efeito, de controle social quer no estabelecimento das línguas nacionais, quer nas relações de poder inerentes às noções de acerto/erro⁴. A seguir, o autor aponta que, embora a gramática descritiva proponha-se a apresentar um levantamento expositivo, a perspectiva de que parte tal descrição é orientada por um padrão categorial preexistente, a partir do qual se tende a rotular manifestações linguísticas particulares. Assim, o autor recorda como a descrição contemporânea ainda apresenta marcas do modelo histórico comparativista, ancoradas no darwinismo social/eugenia⁵. Tais marcas, por sua vez, comprometem a tipologia estruturalista, a noção de parâmetro gerativista, os princípios funcionalistas e as variáveis sociolinguísticas, visto que se constituem com base no padrão de línguas indo-europeias, sob ótica euro-estadunidense. Consequentemente, as representações linguísticas eleitas como universais e/ou produtivas guiam o olhar e a compreensão de representações linguísticas que divergem dessas.

No capítulo dois, intitulado ‘Pés de Lótus’, Carvalho inicia o debate de que não só “[... o] ponto de vista [teórico] cria o objeto [...]” (Saussure, 2006, p. 16), como também o ponto de vista do “ser” que produz ciência cria o objeto de investigação. Nesse sentido, é empreendido um amplo exercício filosófico com intuito de confrontar a suposta neutralidade presente no fazer científico, uma vez que a percepção da realidade impacta diretamente no enquadramento do objeto em estudo. Para tanto, Carvalho tece reflexões críticas a respeito do enquadramento do ‘ser’, com base em autores como Aristóteles, Heidegger, Nietzsche, Sartre, Mignolo, dentre outros. Adiante, localiza o debate em torno de gênero,

¹Para Quijano (2000) e Mignolo (2000), é um fazer científico a partir do qual se visa pôr em posição central epistemologias produzidas no sul global.

²Lugar de fala atua como um lócus social, conforme proposto por Ribeiro (2017), com base em Collins (2000), em oposição, por exemplo a turno de fala (Benveniste, 1976) ou legitimidade discursiva/identitária (Bhabha, 1998).

³De acordo com Carneiro (2005), epistemicídio é o apagamento de saberes decorrente da dupla articulação entre os dispositivos de racialidade e de biopoder.

⁴Para uma discussão sobre a compreensão de norma padrão, materializada na gramática normativo-prescritiva, ver Cerqueira (2023b).

⁵Cabe salientar que na Teoria da Evolução, quer no darwinismo e neodarwinismo, quer no lamarckismo, jamais houve intuito de hierarquizar seres de uma mesma espécie. Ou seja, a leitura de que haveria *homo sapiens* mais evoluídos do que outros em virtude de seu grupo racial é uma indiscutível distorção do modelo biológico, amplamente validada pela agenda do racismo científico (Cerqueira, 2023a).

[...] falo de gênero como categoria, invenção filosófica de Aristóteles no século IV antes da era comum, e disseminada como essencial ao que entendemos hoje como gramática pelas mãos gregas de Dionísio, o Trácio, e romanas de Varrão, no século I antes da era comum. Gênero é percebido aqui como produto, na contemporaneidade, do pensamento determinista dominante no século XIX, resultante de uma prática iniciada ainda no século XVI, com a colonização [...], que desembocou no estabelecimento de uma genealogia gramatical como critério de análise das línguas, mas determinando o indo-europeu, família de línguas originadas idealmente por um punhado de línguas semíticas e jaféticas (indo-arianas e indo-europeias), como parâmetro para as demais línguas do mundo, 'constituindo uma domesticação europeia na descrição linguística' (Carvalho, 2021, p. 40-41, grifo nosso).

Sob essa ótica, o autor denuncia como fomos socializados/as/es mediante ao apagamento epistêmico travestido de tradição. Desse modo, cabe avaliar como essa tradição é imposta pelo colonialismo, atualizado através do imperialismo, os quais possuem como agências fundantes o cristianismo judaico-cristão e a eugenia. Portanto, o trabalho questiona em que medida o que se concebe como universal (ou possibilidade variável de manifestação linguística desse universal) reflete categorias efetivamente comuns às línguas naturais ou representa especificidades proeminentes de línguas de prestígio, a partir da ponderação dos modelos de descrição vigentes no período medieval, na idade moderna e na tipologia do século XX.

O capítulo três, cujo título é 'O valor categorial do "ser" e a visão do olho de Deus', destinou-se a discussão de como o que se validou por fazer linguístico comumente é epistemicida, tendo em vista a assunção de modelos gramaticais indo-europeus para fundação da base (padrão/ponto de partida/referência) para descrição de línguas 'exóticas' (periféricas ao centro euro-norte-americano).

Nesse sentido, o autor questiona a aparente neutralidade presente nos estudos da linguagem, de modo que "[... h]á [...] questões referentes ao espaço e às relações geopolíticas que enfraquecem a ideia de um sujeito epistêmico neutro, cujas reflexões não são mais do que a resposta ao constrangimento desses domínios desprovidos de espaço que é [imposto como] universal" (Maldonado-Torres, 2008, p. 72). Dito de outro modo, a pretensa neutralidade de vozes autorizadas – economicamente, racialmente e geograficamente – fundam o que se convencionou por saber. Com efeito, Carvalho (2021, p. 67) retoma a compreensão da assunção de gênero como categoria universal, pois "[...] a construção de círculos dos estudos linguísticos cujos muros impedem a observação do que acontece para além deles, [por sua vez produz] [...] minicentros na periferia, que replicam o mecanismo de atuação daqueles do centro global".

Frantz Fanon (1968), em obra intitulada 'Os condenados da terra', aponta para uma complexa teia de relações imposta por colonizadores aos povos colonizados, sob uma dualidade hierarquizada de distribuição de condições de todos os recursos, inclusive de produção de conhecimento. Na mesma direção, Quijano (2000) e Mignolo (2000) apresentam respectivamente os conceitos de colonialidade do saber e do poder, os quais Carvalho aciona para demarcar que

[...] linguistas brasileiros, chineses, argentinos, cabo verdianos, por exemplo, lançam mão da universalidade de um modelo teórico pensado nos padrões ocidentais para explicar fenômenos de línguas que, muitas vezes, precisam ser encaixadas nesses moldes. Podemos fazer uma analogia aqui às políticas comerciais/industriais desses países em relação ao centro. Somos fornecedores de insumo linguístico, que será manufaturado pelas tecnologias (teorias) do centro e retornarão para as periferias como verdades linguísticas (Carvalho, 2021, p. 71).

Para o autor, há uma forte segregação de epistemes a qual impede a linguística de progredir no que tange à formulação de categorias gramaticais. Um exemplo apontado por ele diz respeito aos limites existentes entre as categorias de quantificação e de cardinalidade, as quais podem confundir-se em línguas cujas sociedades não estabelecem limites rígidos entre indivíduo e coletividade. Esse tipo de organização civil é verificado por meio das cosmologias africanas e indígenas, nas quais a noção de comunidade extrapola a esfera familiar consanguínea, ao passo que o 'eu' só existe em virtude do 'nós' (Somé, 2003; Krenak, 2020; Lopes & Simas, 2020; Potiguara & Ratton, 2022). Logo, há mais do que a mera representação morfológica dessas categorias semânticas, mas também o papel que desempenham em comunidades cujo modelo de gestão não prevê a segmentação entre o sujeito e o grupo.

No capítulo quatro, 'A gramática no espelho: o que chamamos de gênero, afinal?', Carvalho problematiza a noção de gênero como categoria sob a ótica da tradição gramatical, cunhada através de padrões linguístico indo-europeus, assim como no capítulo anterior. Contudo, aqui a discussão é estabelecida a partir de dados de classificações categoriais de gênero de línguas diversas, como línguas africanas subsaarianas, indígenas brasileiras e asiáticas, tais como oromo, guajiro, wari, chócue, alambak, manambu, jingulu, dyrbal, árabe, etc. Em oposição ao previsto em diferentes concepções de gramática, Carvalho apresenta vários casos (com

dados das línguas supracitadas) nos quais nomes inanimados, de línguas externas ao grupo indo-europeu, apresentam distribuição de gênero com base em sua forma.

Nesse exercício, o autor mostra que, por um lado, objetos fortes, amplos ou pontiagudos tendem a receber gênero no masculino, por outro lado, objetos cujas formas sejam pequenas, frágeis ou arredondadas tendem a receber gênero no feminino. Quanto a isso, o autor acredita ser efeito do contato linguístico, bem como de descrições realizadas sob a ótica ocidental, pois “[...] entre as funções supostamente femininas, masculinas e neutras os objetos representados por esses valores de gênero e da racionalidade do mundo ocidental eurocêntrico jazeu na descrição gramatical até fins do século XIX” (Carvalho, 2021, p. 88).

Sob essa perspectiva, ao reconhecer que, na conceptualização da categoria de gênero, há estudos sobre um conjunto bem específico de línguas indo-europeias, o autor defende que

[...] [g]ênero nos nomes que designariam os seres humanos não corresponderia sempre ao sexo biológico, mas seria o resultado de regras precisas, identificáveis nas práticas sociais que organizam dada sociedade (CARVALHO et al., 2020a, 2020b). Portanto, essa arbitrariedade [de nomes inanimados] era relativa, visto que as classes escolhidas para essa classificação eram reflexo da imagem daquela sociedade e cultura (Carvalho, 2021, p. 86).

Por conseguinte, Carvalho defende que há indiscutível reducionismo na tentativa convencional (ou tradicional) de categorização de gênero, tendo em vista que tanto as línguas em observação (indo-europeias), quanto a perspectiva filosófica que orienta a descrição (euro-estadunidense) enviesam os resultados obtidos. Ademais, o autor frisa a importância de mensurar como o empreendimento colonial, agenciador do contato linguístico, impacta na estrutura social de populações violentadas por esse sistema, o que, sem dúvida, provoca inúmeras mudanças na estrutura linguística (Cerqueira, 2022). Consequentemente, ainda que possa haver motivação para valoração de gênero gramatical em nomes das línguas humanas, sua classificação é comprometida por intentar majoritariamente uma representação baseada na distribuição sexuada de entidades animadas.

O capítulo cinco, intitulado ‘Sobre as genitálias gramaticais ou sua representação de diferentes corpos’, Carvalho retoma o debate acerca de como gênero é historicamente associado ao sexo biológico de seu referente, “[...] essa visão sexuada de gênero gramatical vai ao extremo quando identificamos no texto de Herder sua vocação reprodutiva: ‘[a] atribuição de sexo através da língua [é ...] um interesse da humanidade e as genitálias da fala são, por assim dizer, os meios de reprodução’” (Carvalho, 2021, p. 119, grifo no original). Isto é, a crítica do autor do livro em discussão vai na direção daquela já feita por Jakobson, segundo a qual gênero é uma ficção, por se tratar de uma constante tentativa de classificar o que se compreende por realidade.

A exemplo dessa percepção, Carvalho aciona o trabalho de Barros e Monserrat (2019), no qual se constata que as relações de hierarquia patriarcal judaico-cristã, advindas dos processos de evangelização colonial, impuseram dualidade linguística e epistêmica ao povo tupi, a partir da inserção do sufixo -eté, pelos missionários. Em tupi antigo, dois itens lexicais correspondiam ao referente ‘pai’, a saber ‘tuba’ (pai biológico, tios paternos e primos dos pais) e tutyra (tios maternos e primos da mãe), uma vez que, como já dito, as relações de comunidade presentes nas cosmovisões indígenas e africanas ultrapassam a barreira consanguínea. Por conta disso, houve a inserção do sufixo -eté (verdadeiro), afixado aos itens correspondentes a pai, mãe e filho, a fim de legitimar a compreensão familiar cristã.

Adiante, Carvalho discute amplamente como categorias gramaticais podem ser atribuídas conforme correspondências linguísticas estabelecidas entre grupos de falantes e/ou falantes de um mesmo grupo. Para tanto, ele apresenta o conceito de empatia linguística que, de acordo com Kuno e Kaburaki (1977), corresponde à identificação do falante, em graus diversos, com uma pessoa que participa no evento descrito em uma sentença. Em outras palavras, pode ser uma espécie de acordo entre locutor e interlocutor, o qual reflete normas comuns de uso de um grupo linguístico. Para ilustrar tal evento, Carvalho mobiliza três fenômenos morfossintáticos com a interface semântica, a saber: honoríficos, no japonês e no igbo, concordância nominal (determinante no masculino com nome no feminino), em grego contemporâneo e em português brasileiro, e, por fim, pronome neutro, em inglês (ze), sueco (hen), finlandês (hän) e português brasileiro (êla).

De modo semelhante, Carvalho e Almeida (2017) investigaram o uso de expressões vocativas com função pronominal, em nomes geralmente depreciativos, tais como ‘bicha’, ‘viado’, ‘passiva’, ‘mona’, ‘poc’, etc, por membros da comunidade LGBTQIA+. No trabalho em questão, constatam que quanto maior a filiação do informante com a comunidade em estudo, maior ocorrência de tais variantes com valor positivo. Nesse sentido, “[...] a] indexicalização (referência fórica) e suas tentativas de neutralização da referência sexuada de

seus referentes nas línguas podem acontecer pelos mais diversos motivos e diferentes contextos históricos” (Carvalho, 2021, p. 132). Ou seja, o uso de formas pronominais neutras, bem como de outras marcas gramaticais decorrentes de concordância, revela uma intenção de tensionar a associação imposta entre referência social, estritamente orientada por sexo biológico e referência gramatical.

Tanto os usos das variantes que rasuram a concepção binária de gênero, sob a ótica do sexo biológico, quanto a problematização feita no estudo desse fenômeno, vão em direção à transgressão epistêmica, proposta por Hooks (2013). Assim, ele defende que

[... a] indicação de um corpo político que rompe as fronteiras da norma faz parte de uma ‘contribuição conversacional’ (Grice, 1975), [pois a] função dos traços gramaticais como pessoa, número e gênero, é dar informações mínimas essenciais dos referentes na sentença para que haja compreensão e, mais importante, reconhecimento do referente pelo interlocutor (Carvalho, 2021, p. 135, grifo no original).

Por conseguinte, a apropriação de itens geralmente associados a insultos como vias de pertencimento à comunidade de prática LGBTQIA+ decorre do “[...] empoderamento e sentimento de pertencimento dessas/nessas expressões, a comunidade LGBTQIA+ faz uso dessa inversão de concordância nominal de gênero, utilizando determinantes marcados no feminino pareados com nomes masculinos” (Carvalho, 2021, p. 136).

Em sua conclusão, intitulada ‘Fecharão’, dado ao vasto exercício epistêmico de valorização da comunidade LGBTQIA+ – em virtude do respeito às diversas expressões de gênero e de sexualidade, através de marcas linguísticas – podemos constatar que a obra é um grande ‘VRÁ, um close, um laço’, ao passo que se propõe a contestar aspectos naturalizados, embora indiscutivelmente problemáticos, no âmbito da Linguística.

Carvalho lança mão de vasto acervo bibliográfico, saltando de uma corrente teórica para outra, com fito de estabelecer tensões e contribuições nesse enlace. Além disso, investe em trabalhos, perspectivas e línguas que oferecem diferentes fontes de construção do pensamento, as quais se apresentam como acervo robusto no que tange à problematização de uma demanda tradicional por uma categorização universal que, nada mais é, do que o reflexo de padrões de línguas específicas, sob trato metodológico também específico.

O autor se coloca no texto a todo instante, em sua escrita ensaística, com o objetivo de demarcar tanto seu lugar de fala (homem cisgênero gay branco nordestino), quanto seu lugar teórico (linguista geral e filosofia da linguagem). Por isso assume,

[... n]ão nego nas páginas deste volume o caráter fundamentalmente histórico de uma língua, mas reivindico o lugar do outro no pensamento gramatical, o lugar dos seres naturalmente marginais nas ciências da linguagem. Até hoje, por exemplo, os corpos falantes são classificados em masculino e feminino, em homem e mulher, nos estudos sociolinguísticos de base quantitativa (Carvalho, 2021, p. 142).

Por fim, podemos dizer que ‘A Danniel fecha, dando pinta’, dado que “[...] não escondend[eu] seus traços efeminados, tão diminuídos pela sociedade patriarcal. Ao mesmo tempo que [...] convida o leitor a transgredir os limites que são impostos, [para] reverter apagamentos” (Carvalho, 2021, p. 145). Longe de ser uma obra acabada, conforme anunciado em sua introdução, o livro é um excelente convite à reflexão sobre gênero gramatical fora dos eixos tradicionais da ciência da linguagem, embora muito bem referenciada tanto no âmbito da própria linguística, quanto de outras ciências sociais. Por fim, a obra também tem forte caráter de Política Linguística.

Referências

- Auroux, S. (1992). O fato da gramatização. In S. Auroux, *A revolução tecnológica da gramatização* (Eni Puccinelli Orlandi, Trad.). Campinas, SP: Unicamp.
- Barros, C., & Monserrat, R. (2019). Dilemas de evangelização em tupi na Amazônia na primeira metade do século XVIII: vernacularizar ou manter a tradição textual jesuítica? In R. Cerrón-Palomino, A. E. Rivero, & O. Zwartjes (Eds.), *Linguística misionera: aspectos lingüísticos, discursivos, filológicos y pedagógicos* (p. 66-72). Lima, PE: Fondo Editorial PUCP.
- Benveniste, É. (1976). *Problemas de linguística geral*. São Paulo, SP: Nacional.
- Bhabha, H. K. (1998). Interrogando a identidade. In H. K. Bhabha (Ed.), *O local da cultura* (p. 70-104). Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Carvalho, D. S. (2021). *A domesticação da gramática de gênero*. São Paulo, SP: Pontes.
- Carvalho, D. S., & Almeida, R. G. (2017). Autopercepção e identidade linguística em comunidades de prática gays em Salvador, Bahia. *Web Revista Sociodialeto*, 7(21), 82-98.
- Cerqueira, F. O. (2023a). Dez obras para conhecer Biolinguística. In D. Carvalho, & J. Cyrino (Orgs.), *GuiaLet: guia de leituras do Instituto de Letras* (vol. 1, p. 135-160). Salvador, BA: EDUFBA.
- Cerqueira, F. O. (2023b). Norma padrão e norma dita culta: confusão sistêmica entre instrumento linguístico e amostra de variação. *Porto das Letras*, 9(2), 458-477.
- Cerqueira, F. O. C. (2022). O pronome pleno de terceira pessoa no “pretuguês” oitocentista. *Revista de Estudos da Linguagem*, 30(4), 1596-1620. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.30.4.1596-1620>
- Collins, P. H. (2000). *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2nd ed.). Nova York, NY: Routledge.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Krenak, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo* (2a ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Kuno, S., & Kaburaki, E. (1977). Empathy and syntax. *Linguistic Inquiry*, 8(4), 627-672.
- Lopes, N., & Simas, L. A. (2020). *Filosofias africanas: uma introdução*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Maldonado-Tores, N. (2008). Toponímia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 71-114.
- Mignolo, W. D. (1995). *The darker side of the renaissance: literacy, territoriality, & colonization*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.
- Mignolo, W. D. (2000). *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Oyèwùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo.
- Potiguara, E., & Ratton, V. (2022). *Guerreiras da ancestralidade: mulherio das letras indígenas*. Guarujá, SP: Amare.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In E. Lander (Org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (p. 777-832). Buenos Aires, AR: Clacso.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, MG: Letramento.
- Saussure, F. (2006). *Curso de linguística geral*. São Paulo, SP: Cultrix.
- Somé, S. (2003). *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. Rio de Janeiro, RJ: Odysseus.